



TÍTULO:

A PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA DAS FAMÍLIAS E DOS
PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA NA ESCOLA PÚBLICA

Nome do (a) Autor (a) Principal

WAGNER COTRIM GOMES – wagner.gomes@uscsonline.com.br

Palavras-chave: Participação Democrática, Educação Física, Família e Escola.

1. INTRODUÇÃO

Sou professor de Educação Física, desde 1993, tive a oportunidade de passar por diferentes ambientes de trabalho. Em 2007, tive a oportunidade de ingressar na Rede Municipal de Educação de Santo André como instrutor de Educação Física e, em 2013, por meio de concurso, fui efetivado no sistema educacional de ensino.

Nesse percurso, pude observar que as dificuldades na realização das atividades docentes são muitas nas diferentes escolas. Cada instituição tem características próprias: algumas estão situadas em regiões periféricas da cidade e encontram problemas sociais que interferem no desempenho escolar do educando; outras se distinguem pelo espaço físico oferecido ao professor de Educação Física; outras enfrentam a escassez de materiais disponíveis para uso nas aulas, pois, quando os recebem, eles acabam sendo furtados; outras sequer chegam a receber o material. Algumas escolas também se deparam com a invasão da comunidade às quadras onde se realiza a maioria das aulas.

Além disso, existe um distanciamento entre as diferentes áreas, ou seja, muitos professores de Educação Física encontram dificuldades de realizar parcerias com colegas de outros componentes curriculares. Os motivos para tanto variam: uns alegam que já estão muito atarefados com conteúdos que acham mais pertinentes para determinado aprendizado; outros não justificam, porém não mostram interesse algum em realizar uma construção pedagógica em parceria.

Levando em consideração que a escola é um espaço público de educação, cuja função institucional é formar e educar integralmente, construindo um sujeito em sua totalidade, as leis de nosso país preconizam:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, Art. 205, 1988).

Ademais,

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, Art. 2º, 1996).

Como podemos notar, as determinações legais enfatizam o desenvolvimento integral dos estudantes para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. Em continuidade a essa política educacional, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), recentemente publicada, orienta a formação discente estabelecendo o desenvolvimento de habilidades e competências.

Essa compreensão perpassa os entendimentos que os professores dos diferentes componentes curriculares têm acerca de tal formação. Aliás, é válido ressaltar que a legislação enfatiza a responsabilidade desses componentes em relação ao objetivo principal aqui já mencionado.

O gerenciamento usa a gestão participativa e a descentralizada como estratégia para possibilitar o aumento da capacidade de pais e alunos intervirem nas políticas internas da escola, reduzindo a interferência de professores e de burocratas e de suas práticas corporativas, permitindo assim que a comunidade escolar se responsabilize pelos resultados alcançados (CASTRO, 2007, p. 137).

Embora toda escola pertença a uma comunidade, ela precisa formar o educando para a sociedade, ampliando seu campo de visão. A Educação Física, por intermédio do professor, pode contrinuir para isso, porém é necessário que ele esteja sempre se atualizando, que valorize a aprendizagem na docência e participe das ações coletivas da comunidade escolar.

Partindo dessa premissa, o presente estudo pretende investigar o envolvimento dos professores de Educação Física dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Santo André, desde a sua participação na construção do currículo de Educação Física, as parcerias construídas na unidade escolar, até a sua relação com a comunidade na qual a escola está inserida e, conseqüentemente, o seu envolvimento na construção do PPP.

Nesse sentido, o fazer pedagógico dos educadores de Educação Física está relacionado ao entendimento acerca de suas ações na escola. Esse entendimento, por sua vez, é expresso pelo PPP e vincula-se à participação do professor de Educação Física na construção efetiva desse documento. Ademais, isso constitui a democracia, no intuito de refletir sobre os valores que uma escola pretende implantar nas ações pedagógicas. Dessa ação deve participar toda a comunidade escolar, a fim de definirem, juntos, qual aluno pretendem formar ao fim do processo educativo da escola.

O papel da Educação Física ultrapassa o ensinar esporte, ginástica, dança (dimensão procedimental) e inclui também seus valores subjacentes: atitudes que os alunos devem ter (dimensão atitudinal) e o direito de saber por que está realizando este ou aquele movimento (dimensão conceitual) (DARIDO, 2004, p. 62).

Como documento que norteia a maneira como a escola planeja suas ações e estratégias, traçando metas para melhorar o processo ensino e aprendizagem, o PPP precisa ser elaborado e atualizado por toda comunidade escolar: equipe gestora, professores, funcionários, pais, representantes da comunidade e alunos. Isso porque ele define diretrizes, metas e métodos a serem adotados pela escola, com vistas a preparar o aluno para conviver na comunidade e principalmente em sociedade, sempre buscando uma perspectiva de construção democrática.

O projeto tem uma importante contribuição no sentido de ajudar a conquistar e consolidar a autonomia da escola, criar um clima, um ethos onde professores e equipe se sintam responsáveis por aquilo que lá acontece, inclusive em relação ao desenvolvimento dos alunos. De certa forma é o projeto que vai articular, no interior da escola, a tensa vivência da descentralização e, através disto, permitir o diálogo consistente e fecundo com a comunidade e com os órgãos dirigentes (VASCONCELOS, 2002, p. 21).

Vale ressaltar que a Educação Física não pode se limitar a atividades que apenas auxiliem os demais componentes curriculares. Dito de outro modo, esse componente curricular não pode ser utilizado como meio para outro fim, embora essa visão seja muitas vezes aceita e até estimulada por diferentes profissionais que compõem o contexto escolar, como diretores, coordenadores e professores tanto de outros componentes quanto da própria área. Em suma, segundo Castellani Filho (1997), "compete, assim, à Educação Física dar tratamento pedagógico aos temas da cultura corporal, reconhecendo-os como dotados de significado e sentido porquanto construídos historicamente" (CASTELLANI, 1997, p. 12).

Essa pesquisa apresenta como problemática o distanciamento da escola com os familiares dos educandos gerando uma possível falta de interação entre ambas instituições, causando pouco engajamento de familiares nas ações escolares e gerando confusões na troca de informações.

Em busca de responder ao problema de pesquisa, o objetivo geral deste trabalho é identificar e analisar as possíveis relações que os professores de Educação Física estabelecem entre a participação dos familiares e sua ação pedagógica. Para isso, estabelecemos os seguintes objetivos específicos:

- a) Interpretar de que forma os documentos oficiais do município de Santo André e o projeto político pedagógico das unidades escolares estudadas consideram a participação da família dos educandos;
- b) Analisar a compreensão dos professores de Educação Física sobre a participação dos estudantes e familiares;
- c) Compreender a relação que os professores de Educação Física estabelecem entre sua ação pedagógica e a participação dos educandos e familiares na escola.

1.1. Pergunta Problema e Objetivos

Como melhorar o distanciamento da escola com os familiares dos educandos dos anos iniciais do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Educação de Santo André?

1.2 Justificativa

Essa pesquisa está sendo realizada para buscar soluções desses possíveis problemas:

- Distanciamento da escola com sua comunidade;
- Falta de interações entre professores e familiares;
- Dificuldade de comunicação com os familiares;
- Confusão na troca de informações;
- Burocracia nas autorizações escolares;
- Pouco engajamento de familiares nas ações escolares;
- A desvalorização da comunidade a qual a escola está inserida.

2. METODOLOGIA

Pesquisa com método Qualitativo;

De natureza Empírica;

Com objetivo Exploratório;

Três Etapas: Revisão de literatura, Análise documental e coleta de informações através de entrevista semiestruturada.

Sujeito da pesquisa: Professor de Educação Física

Campo da pesquisa: EMEIEF da Secretaria Municipal de Educação de Santo André

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Através dos temas escolhidos estabelecemos os objetivos e derivamos as perguntas que estruturaram o instrumento da pesquisa;

Estamos pensando em realizar as análises através do software IraMuteQ.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho propõe a elaboração de uma oficina comunitária envolvendo os atores comunitários.

As temáticas das oficinas: Participação do educando e familiares e os professores de Educação Física e a comunidade escolar.

Essa oficina será com a escola que apresentar nas coletas um melhor envolvimento.

O tempo de duração dessa oficina será de acordo com o esgotamento do assunto abordado;

O local será na escola com a autorização da Secretaria de Educação e da Direção escolar.

Essa oficina pretende validar a importância desse estreitamento de escola e família na qualidade do ensino.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República/Casa Civil, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 13/05/2021.

BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>. Acesso em: 13/05/2021.

CASTELLANI, F. L. Projeto reorganização da trajetória escolar no ensino fundamental: uma proposta pedagógica para a educação física. Revista da Educação Física/UEM. p.11-19, 1997.

CASTRO, A. M. D. A. Accountability: uma nova estratégia de controle da gestão escolar. In: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL EDUCAÇÃO, GLOBALIZAÇÃO E CIDADANIA, João Pessoa, 2008.

DARIDO, S. C. A educação física na escola e o processo de formação dos não praticantes de atividade física. Revista Brasileira de Ciências do Esporte, Campinas, v. 18, n.1 p.61-80, jan/mar. 2004.

SANTO ANDRÉ. Documento curricular rede municipal de ensino de Santo André: concepção de educação básica rede municipal de ensino. Vol. 1 e 2. Secretaria de Educação de Santo André, 2019.

VASCONCELLOS, C. S. Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político pedagógico ao cotidiano da sala de aula. São Paulo: Libertad, 20.